

As variantes para *animal sem chifres* na Bahia e em Sergipe

Marcela Moura Torres PAIM¹

Resumo: Este trabalho insere-se na perspectiva de investigação lexical, constituindo uma análise da variação semântico-lexical na Bahia e em Sergipe. Dessa forma, serão investigadas as denominações para animal sem chifres utilizadas por baianos e sergipanos com base nos atlas linguísticos regionais brasileiros: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB) (ROSSI; FERREIRA; ISENSEE, 1963); o *Atlas Lingüístico de Sergipe I* (ALS I) (FERREIRA ET AL., 1987); e os registros referentes à Bahia e a Sergipe, constantes do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), coletados a partir de 2003, que possibilitam a realização de estudos comparativos, contribuindo para identificação e configuração de variantes linguísticas lexicais em momentos diferentes no tempo. A metodologia empregada consistiu na realização das seguintes etapas: 1) leitura de textos teóricos referentes ao tema proposto; 2) escolha e formação dos *corpora* constituídos pelos dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, do *Atlas Lingüístico de Sergipe I* e do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil; 3) análise dos *corpora* a fim de verificar as denominações para o item semântico-lexical animal sem chifres. Pretendem-se, então, nos *corpora* em questão (i) analisar os itens documentados; (ii) verificar o tipo de relação que se pode estabelecer entre o léxico baiano e o sergipano, coletados na década de 60 e após 40 anos, no que diz respeito às designações que preenchem o conceito selecionado.

Palavras-chave: Atlas linguísticos; dialetologia; variantes lexicais.

Résumé: Ce travail s'insère dans une perspective de recherche lexical, constituant une analyse de la variation lexico-sémantique de la Bahia et du Sergipe. Ainsi, on investiguera les dénominations pour animal sans chifres utilisées par les baianais et sergipeans selon les atlas linguistique régional du Brésil, l'*Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB-1963), dont l'auteur Nelson Rossi et co-auteurs Carlota Ferreira et Dinah Isensee, l'*Atlas Lingüístico de Sergipe I* (ALS I-1987), dont les auteurs Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg et Nelson Rossi, et les registres qui se réfèrent à la Bahia et au Sergipe, présents dans le *corpus* du projet Atlas Linguistique du Brésil (Projet ALiB), recueillis à partir de 2003, qui permettent la réalisation des *études comparatives, tout en contribuant pour une identification et configuration des variantes linguistiques et lexicales à des moments différents dans le temps*. La méthodologie employé a consisté dans les étapes suivantes: 1) la lecture de textes théoriques concernant le sujet proposé; 2) le choix et la formation de *corpora* constitués de données de l'*Atlas Prévio dos Falares Baianos*, de l'*Atlas Lingüístico de Sergipe I* et du *corpus* du projet Atlas Linguistique du Brésil; 3) l'analyse des *corpora* afin de vérifier les noms de l'item sémantique lexicale animal sans chifres. On souhaite, alors, dans le *corpora* en question (i) analyser les éléments documentés; (ii) vérifier le type de relation qu'on peut établir entre le lexique baianais et le sergipeans, collectées dans le périod des les années 1960 et 40 ans plus tard, en ce qui concerne aux désignations qui remplissent le concept sélectionné.

Mots-clés: Atlas linguistiques; dialectologie; variantes lexicales.

¹ Doutora em Linguística. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA. Correio eletrônico: mmtpain@ufba.br

Introdução

Estudar a língua, antes de tudo, é focalizar na perspectiva de investigação que orientará os estudos, pois a língua possui diversas concepções. O conceito de língua é, de certa forma, relativizado, haja vista que as Gramáticas possuem várias definições, assim, os dicionários e a Linguística, é que, por meio de suas várias perspectivas de abordagem teóricas, darão à língua uma nova roupagem. A língua, vista sob a ótica dos estudos linguísticos, sobretudo da Dialetoлогия, é um fenômeno heterogêneo, dinâmico, mutável e passível de variações, além de ser um produto social e cultural que veicula ideologias e crenças, de geração a geração, com o passar dos anos. Nesse sentido, língua também representa a identidade individual e coletiva, ou seja, ela deve ser respeitada e aceita, seja qual for a sua variante falada, pois ela é, certamente, a representação da idiosincrasia de um indivíduo e/ou um grupo. Afinal, através da língua, é possível reconhecer áreas coesas e divergentes linguisticamente falando, entre outros aspectos possíveis.

Crê-se que é no léxico que se encontra uma grande variedade regional e sociocultural do português do Brasil, pois o repertório lexical vai se moldando com o tempo, com as características sócio-históricas e político-culturais de uma comunidade. Assim, certos aspectos lexicais são denunciadores das especificidades de um povo. Nesse sentido, faz-se necessário conceituar o léxico de uma língua, pode-se dizer que esse nível de análise se constitui em um conjunto de vocábulos disponíveis para utilização dos utentes de uma dada língua, isto é, um arsenal linguístico para que os falantes utilizem. Sendo assim, esse acervo é constantemente enriquecido, ou seja, possui um caráter dinâmico.

Pelo fato de constituir uma das vias principais de que dispõem os sujeitos, enquanto falantes/ouvintes, para expressar o mundo/espaço dito real, o campo lexical de uma língua vem se configurando como objeto de estudo de várias áreas da Linguística. Dessa forma, o nível lexical de uma língua possui papel importante no que se refere à variação e à mudança linguística, podendo-se, dessa forma, encontrar nesse âmbito uma considerável variedade regional e sociocultural da Língua Portuguesa. Afinal, o vocabulário utilizado por indivíduos de uma área geográfica específica denuncia o ambiente físico e social em que esses falantes estão inseridos.

Este trabalho, de natureza dialetológica, centra-se na perspectiva de investigação lexical. É, pois, nesse contexto, que se examinará a variação semântico-lexical do item *animal sem chifres* utilizada por baianos e sergipanos com base nos atlas linguísticos regionais brasileiros, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB) (ROSSI; FERREIRA; ISENSEE, 1963), e o *Atlas Lingüístico de Sergipe I* (ALS I) (FERREIRA ET AL, 1987), e os registros referentes à Bahia e a Sergipe, constantes do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), coletados a partir de 2003, que possibilitam a realização de estudos comparativos, contribuindo para identificação e configuração de variantes linguísticas lexicais em dois momentos diferentes.

A variação linguística em função do espaço

Com o intuito de entender as especificidades teóricas e metodológicas da Dialetologia, direcionando essa abordagem para a perspectiva da Geografia Linguística (doravante, Geolinguística), faz-se necessário, preliminarmente, defini-la, optando-se por aquilo que aborda Cardoso (2010):

A dialetologia é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica (CARDOSO, 2010, p.15).

Apesar da existência de comentários assistemáticos sobre a diversidade de usos linguísticos no que diz respeito ao espaço, costuma-se situar o marco da Dialetologia no século XIX, momento em que predominavam os estudos historicistas. A disciplina surge, dessa forma, como uma resposta a essas questões teóricas, empenhada em trazer à cena dos estudos dados empíricos, relacionados à língua falada, salvaguardando os mesmos da ação do tempo (cf. MATTOS E SILVA, 2008, p. 33).

Os trabalhos iniciais realizados no ramo dos estudos dialetológicos estabelecem aquele que é considerado o método por excelência da Dialetologia, a Geografia Linguística (ou Geolinguística), concebida de acordo com aquilo que expõe Coseriu (1965):

[...] la expresión 'geografía lingüística' designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo [...] y que presupone

el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablares estudiados² (COSERIU, 1965, p. 5).

Do exposto, é possível depreender, dentre outros aspectos, o objetivo central da Geolinguística: a cartografia de dados linguísticos distribuídos espacialmente, seja no tocante a uma ou mais línguas/dialetos, seja nos domínios nacional, regional ou, até mesmo, continental. Também fica, ainda, evidente o caráter contextual (ao se reportar a realidades específicas) e comparatista do método. Estabelece-se, assim, como sua tarefa principal a produção de atlas linguísticos, conjunto de mapas que objetivam a representação e a localização das variantes estudadas no espaço contemplado.

A partir da segunda metade do século XX, os estudos dialetológicos incorporam inovações por ocasião da emergência da Sociolinguística Variacionista (cf. LABOV, 2008), bem como pelas próprias transformações presentes nas sociedades contemporâneas. A abordagem que se denomina Pluridimensional ou Contemporânea passa a acrescentar, sistematicamente, à informação de cunho geográfico, informações de caráter social, somando-se, dentre as localidades estudadas, grandes centros urbanos, prevendo a observação de níveis de estudo da língua, antes não analisados, como o sintático e o pragmático.

No entanto, apesar de agregar os veios sociolinguísticos, é importante salientar a identidade da Dialetologia e do método da Geolinguística perante tais inovações, pois o seu foco continua sendo, preponderantemente, a ciência da variação espacial, interessando-lhe “[...] o registro dos fatos de uma língua numa dada região, não lhe cabendo, necessariamente, mostrar o percurso da variação que registra e o caminho histórico que tal ou qual fato persegue” (CARDOSO, 2010, p. 92).

2 “[...] a expressão ‘geografia linguística’ refere-se exclusivamente a um método dialetológico e comparativo que chegou a ter um desenvolvimento extraordinário no nosso século [...] e que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente grande de formas linguísticas (fonéticas, lexicas ou gramaticais) testadas pela pesquisa linguística direta numa rede de pontos de um determinado território, ou, pelo menos, levar em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, aos idiomas, aos dialetos ou aos falares estudados.” (Tradução nossa).

Os atlas linguísticos analisados

Um atlas linguístico é um instrumento rico e fruto de um trabalho extensivo dos seus autores. No atlas linguístico, encontra-se a representação da variação linguística, seja ela espacial, eminentemente, seja ela social. Conforme Ferreira et al. (1996):

Um atlas lingüístico reúne um conjunto de mapas de um território, mais ou menos vasto, que representam e localizam as realizações dos paradigmas lingüísticos em estudo (de natureza fonética, lexical, morfológica ou sintática), registrando as respectivas variações geográficas (FERREIRA et al., 1996, p. 484).

Desse modo, o domínio geográfico-espacial de abrangência de um atlas linguístico pode ser predeterminado por critérios de diferentes naturezas. Os atlas linguísticos também oferecem uma melhor visualização da distribuição espacial de um dado fenômeno linguístico, além de delimitar sua extensão. Vale citar que os atlas não são um conglomerado de dados linguísticos, mas sim, segundo Ferreira et al. (1996):

Os atlas permitem ainda isolar áreas dialectais, definidas pela concentração de fenômenos lingüísticos idênticos, que, em determinados tipos de mapas, podem ser circunscritos por isoglossas, linhas que marcam o limite geográfico de um fenômeno lingüístico. Um maior número de isoglossas a delimitar uma área determina a sua maior individualidade lingüística. Por estes motivos, os atlas constituem um instrumento de trabalho indispensável para a Dialectologia e para a História da Língua (FERREIRA et al., 1996, p. 484).

A partir destas considerações preliminares, observa-se que um atlas linguístico pode ser de extrema importância para os estudos linguísticos, além de salvaguardar a memória sociolinguística de um povo (documentação da história da língua), pode ser um poderoso instrumento para as políticas linguísticas (principalmente no que tange às políticas de ensino). Inegavelmente, um atlas é um tesouro muito valioso para vários ramos da ciência.

A publicação dos atlas linguísticos regionais, referentes ao português do Brasil, configura-se como reflexo dos movimentos desencadeados desde o ano de 1952, em que se instituiu, a partir do Decreto nº 30.643, a Casa de Rui Barbosa, estabelecendo-se como principal tarefa da sua Comissão de Filologia a elaboração do atlas

linguístico do Brasil (cf. FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 37).

Diante dessa proposição, nomes como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes dedicaram-se em prol da elaboração dos atlas por região, levando em consideração a realidade socioeconômica do Brasil daquele momento e a falta de uma maturidade dos pesquisadores brasileiros, no âmbito da pesquisa dialetológica. Tais empreendimentos deveriam ter como parâmetro a possibilidade de intercomparação, visando a descrição da realidade nacional, como um todo.

O cenário desta pesquisa é os dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), do *Atlas Lingüístico de Sergipe I* (1987) e dos registros referentes à Bahia e a Sergipe, constantes do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), coletados a partir de 2003. Nessa perspectiva, se faz necessário saber sobre as três fontes de dados, APFB, ALS I e Projeto ALiB, escolhidas para as análises desta pesquisa.

O *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), que tem como autor Nelson Rossi e coautoras Carlota Ferreira e Dinah Isensee, foi o primeiro atlas linguístico produzido em terras brasileiras e foi feito e publicado entre 1960 e 1963. Recobre todo o Estado da Bahia, com uma rede de 50 localidades, que se distribuem pelas diferentes áreas geográficas e culturais. Essa obra se constitui de dois volumes: o primeiro, compreendendo as cartas, em folhas soltas, e o segundo, encadernado, com a introdução, questionário comentado e elenco das respostas transcritas. O APFB contempla os campos semânticos da agricultura, anatomia e fisiologia humana, culinária e alimentação, geografia e astronomia e possui 209 cartas linguísticas que trazem a transcrição, legendas ou símbolos, em preto e branco e coloridos.

Partindo de exaustiva análise em sondagens preliminares, elaborou-se um Extrato de Questionário com 182 perguntas (apesar de a numeração finalizar em 164, pois algumas dessas perguntas são subdivididas e indexadas com as letras A, B, C e D) e foram entrevistados dois sujeitos por ponto. Apesar de haver procurado inserir, em todas as localidades, informantes dos dois gêneros e de idades diferentes, não se conseguiu atingir, de modo sistemático, a distribuição diagenérica. É importante mencionar que o APFB pôs em evidência traços fonéticos, léxicos e semânticos de importante representatividade.

Embora, por dificuldade de financiamento, publicado somente

em 1987, o *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS I), quanto à recolha de dados e preparação de cartas, se segue imediatamente ao APFB e tem os seus originais prontos para impressão desde 1973. Foi executado pelo grupo de pesquisadores da Bahia, tendo como autores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi, alguns dos quais fizeram parte da equipe responsável pelo APFB. O ALS I aborda os campos semânticos da terra, do homem, dos animais e vegetais, e possui 180 cartas linguísticas que faz remissão à carta correspondente no APFB. No ALS I, existe, ainda, uma série de cartas conjuntas Bahia-Sergipe, com dados da Bahia, não apresentados no APFB.

Como expõe Cardoso (2010), O ALS I apresenta uma evolução do ponto de vista metodológico em relação ao APFB, a saber: a) aplicação de inquéritos preliminares, gravados, em todas as 15 localidades que constituíram a rede de pontos; b) maior amplitude do questionário definitivo em relação ao aplicado na Bahia; c) formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de fazer a pergunta sobre o item, com o objetivo de garantir maior homogeneidade nos inquéritos; d) inclusão, em cada ponto, de informantes de dois gêneros, procedendo-se a identificação sistemática do informante feminino como "A" e do informante masculino como "B", o que permitiu o controle cartográfico dessa variável sociolinguística.

A ideia do Atlas Linguístico do Brasil foi retomada por ocasião do *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, que ocorreu em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, em novembro de 1996, com a participação de dialetólogos brasileiros e do Diretor do ALiR (*Atlas Linguistique Roman*), Prof. Michel Contini (Genoble). Naquela ocasião, foi criado um Comitê Nacional, integrado pelos autores dos cinco atlas linguísticos regionais já publicados e por um representante dos atlas em andamento. São eles: os Professores Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (UFBA), que preside o Comitê, Jacyra Andrade Mota (UFBA), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFPB), Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFJF), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Walter Koch, representando os atlas em andamento³.

3 Atualmente, o Comitê Nacional do Projeto ALiB é constituído pelos professores Suzana Alice Cardoso (Presidente), Jacyra Andrade Mota (Diretora-Executiva), ambas da UFBA, e os diretores científicos Abdelhak Razky (UFPA), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Felício Wessling Margotti (UFSC), Maria do Socorro Aragão (UFPB/UFC) e Vanderci de Andrade Aguilera (UEL).

Nesse sentido, o Projeto ALiB é um empreendimento de grande amplitude, de caráter nacional, em desenvolvimento, que tem por intuito a realização de um atlas geral no Brasil no que diz respeito à língua portuguesa, anseio que permeia a atividade dialetal no Brasil desde o começo do século XX. O referido projeto fundamenta-se nos princípios gerais da Geolinguística contemporânea, priorizando a variação espacial ou diatópica e atento às implicações de natureza social que não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar.

Assim, o Projeto objetivou mapear o Brasil com base em dados coletados em 250 pontos, representativos de todas as regiões, recolhidos, *in loco*, de 1.100 informantes, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos —, pelos dois sexos, pelas capitais dos Estados, em número de 25 (as capitais Palmas, no Estado de Tocantins, e Brasília, no Distrito Federal, se excluem por questões metodológicas em virtude de serem cidades recém-criadas), por dois níveis de escolaridade — fundamental e universitário —, ficando os demais pontos da rede com apenas informantes do nível fundamental.

Em relação ao questionário, o atual (2001) foi elaborado após reformulações feitas no questionário de 1998, que serviu como um instrumento teste. O questionário aplicado nos inquéritos definitivos é composto de três subgrupos, a saber: o Questionário Fonético-Fonológico, QFF, que possui 159 perguntas, acrescidas por 11 questões de prosódia; o Questionário Semântico-Lexical, QSL, com 202 perguntas; o Questionário Morfossintático, QMS, com 49 perguntas. Além das 04 questões de pragmática, dos temas para discursos semidirigidos, das perguntas metalinguísticas e de um texto para leitura. Vale ressaltar que cada parte que compõe o Questionário ALiB (2001) objetiva apurar um tipo de variação, a fim de demonstrar se realmente há diferenças no modo de falar do brasileiro, baseado em dados empíricos.

Ao se concluir, em 2013, a recolha de dados da rede programada, e ao se publicar, em 2014, o volume de cartas linguísticas com os dados das capitais brasileiras (cf. CARDOSO et al., 2014), algumas considerações iniciais já podem ser feitas sobre áreas dialetais brasileiras. Nesse sentido, apresentam-se neste artigo, de forma ilustrativa, resultados que mostram a diversidade de usos vinculada a áreas específicas.

Sabe-se que, em toda pesquisa de cunho dialetal, a escolha da área a ser estudada se faz necessária, pois, far-se-á o confronto dos dados coletados, em princípio, numa perspectiva diatópica. Seguindo este parâmetro, é possível fazer uma análise comparativa em dez localidades, que foram pontos do APFB e que são pontos do Projeto ALiB, são elas: Barra, Caetité, Carinhanha, Itaberaba, Jacobina, Jeremoabo, Juazeiro, Santana, Santa Cruz Cabralia e Vitória da Conquista; e em duas localidades que foram pontos do ALS I e que são pontos do Projeto ALiB: Propriá e Estância.

Portanto, essas três fontes supracitadas se constituíram como as bases de dados que permitiram tecer considerações sobre variantes linguísticas lexicais nas áreas baianas e sergipanas no que diz respeito ao item semântico-lexical *animal sem chifres*.

De modo a facilitar as observações, optou-se por adaptar os dados transcritos foneticamente para uma transcrição grafemática, fazendo a reedição das cartas do APFB e ALS I. Por último, foi efetuada a análise das variantes registradas, tendo em vista os objetivos desse estudo. Procedeu-se à elaboração de um quadro, que permite melhor ilustrar as informações expostas.

Análise do item semântico-lexical *animal sem chifres* nas áreas baiana e sergipana

Conforme assinala Marcuschi (2003), a língua é um fenômeno heterogêneo, variável, indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático e que está situado em contextos concretos, tais como o texto e o discurso. Esse caráter dinâmico encontra um campo para aumentar as fronteiras do domínio do repertório linguístico de muitas sociedades no nível lexical. É justamente nesse nível de análise da língua que pode haver a construção, projeção e manutenção da maneira como os falantes concebem o mundo no qual vivem, bem como a sua interação com todas as esferas da sociedade, adequando-se aos mais variados contextos das situações comunicativas.

Sobre essa questão, Moreno Fernández (1998) expõe que o estudo da variação lexical objetiva explicar o uso alternante de certas formas léxicas em condições linguísticas e extralinguísticas determinadas: podem ser unidades de diferentes origens geolinguísticas que estiveram

presentes em uma comunidade de estilo mais ou menos formal, entre outras possibilidades. Ao mesmo tempo, busca-se identificar o léxico característico dos diferentes grupos sociais.

Os dados do APFB e do ALS I exibem a presença de *mocha*, em 55 dos 65 pontos que integram a rede desses dois estados, apresentando, também, as variantes lexicais *mauvô*, *mofina*, *suruca* e *toca* (cada uma em um ponto) e *murcha* (em 18 pontos), como é possível verificar nas figuras a seguir:

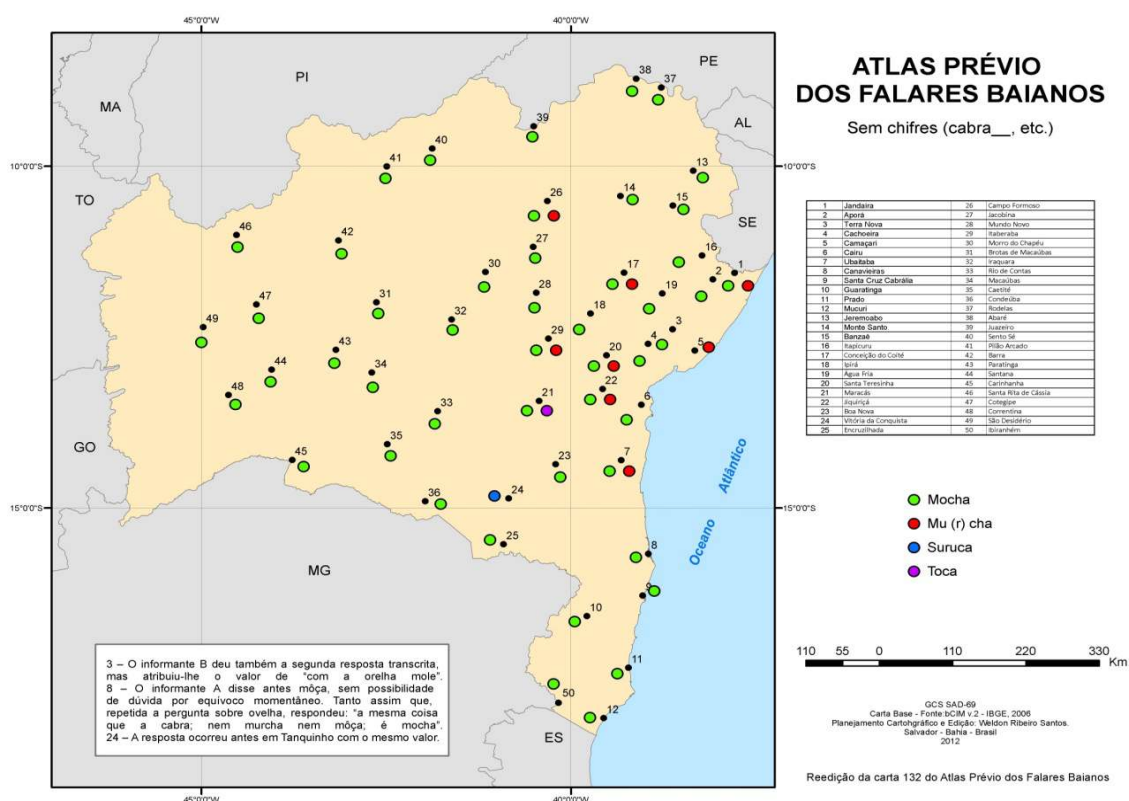


Figura 1: Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI; FERREIRA; ISENSEE, 1963) -
Reedição da carta 132 – Sem chifres (cabra __, etc.)



Ao confrontar esses *corpora* com os dados dos registros referentes à Bahia e a Sergipe, constantes do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), verifica-se que existem coincidências entre as denominações como aponta o quadro seguinte:

Quadro: Denominações para *animal sem chifres* nos dados do APFB (1963), do ALS I (1987) e Projeto ALiB (2003)

Denominações para <i>animal sem chifres</i>	
APFB (1963)	Projeto ALiB (2003)
<i>Mocho(a)</i> Abaré, Água Fria, Aporá, Banzaê, Barra*, Boa Nova, Brotas de Macaúbas, Cachoeira, Caetité*, Cairu, Campo Formoso, Canavieiras, Carinhanha*, Conceição do Coité, Condeúba, Correntina, Cotegipe, Encruzilhada, Guaratinga, Ibiranhem, Ipirá, Iraquara, Itaberaba, Itapicuru, Jacobina*, Jandaíra, Jeremoabo*, Jiquiriçá, Juazeiro*, Macaúbas, Maracás, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mucuri, Mundo Novo, Paratinga, Pilão Arado, Prado, Rio de Contas, Rodelas, Santa Cruz Cabrália*, Santa Rita de Cássia, Santa Teresinha, Santana*, São Desidério, Sento Sé, Terra Nova e Ubaitaba.	<i>Mocho(a)</i> Barra*, Barreiras, Caetité*, Carinhanha*, Euclides da Cunha, Irecê, Itapetinga, Jacobina*, Jequié, Jeremoabo*, Juazeiro*, Santa Cruz Cabrália*, Santana*, Santo Amaro, Seabra, Valença e Vitória da Conquista.
<i>Mu(r)cha</i> Camaçari, Campo Formoso, Conceição do Coité, Itaberaba, Jandaíra, Jiquiriçá, Santa Teresinha e Ubaitaba.	<i>Mu(r)cha</i> Caravelas, Santo Amaro e Seabra.
<i>Suruca</i> Vitória da Conquista.	<i>Suro</i> Barreiras e Seabra.
<i>Toca</i> Maracás.	<i>Sem chifre</i> Irecê, Seabra e Vitória da Conquista.

ALS I (1987)	Projeto ALiB (2003)
<i>Mocho(a)</i> Tomar do Geru, Estância, Ribeirópolis, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Gararu e Curralinho.	<i>Mocho(a)</i> Aracaju.
<i>Mu(r)cho(a)</i> Santa Luzia, Estância* , Pedrinhas, São Cristóvão, Itaporanga d'ajuda, Laranjeiras, Simão Dias, Divina Pastora, Brejo Grande e Gararu.	<i>Mu(r)cho(a)</i> Propriá e Estância* .
<i>Mauvô</i> Curralinho.	<i>Mauvô</i> Propriá.
<i>Mofina</i> Brejo Grande.	<i>Sem chifre/Sem ponta</i> Aracaju e Estância.

*Em negrito, as cidades coincidentes APFB-ALiB e ALS I-ALiB.

Observa-se que também existe a ocorrência da expressão *mocho(a)* nas localidades de Abaré, Água Fria, Aporá, Banzaê, Barra, Boa Nova, Brotas de Macaúbas, Cachoeira, Caetité, Cairu, Campo Formoso, Canavieiras, Carinhanha, Conceição do Coité, Condeúba, Correntina, Cotegipe, Encruzilhada, Guaratinga, Ibiranhém, Ipirá, Iraquara, Itaberaba, Itapicuru, Jacobina, Jandaíra, Jeremoabo, Jiquiriçá, Juazeiro, Macaúbas, Maracás, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mucuri, Mundo Novo, Paratinga, Pilão Arcado, Prado, Rio de Contas, Rodelas, Santa Cruz Cabralia, Santa Rita de Cássia, Santa Teresinha, Santana, São Desidério, Sento Sé, Terra Nova e Ubaitaba, no APFB, e em Barra, Barreiras, Caetité, Carinhanha, Euclides da Cunha, Irecê, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Jeremoabo, Juazeiro, Santa Cruz Cabralia, Santana, Santo Amaro, Seabra, Valença e Vitória da Conquista, na rede de pontos do Projeto ALiB.

A denominação *mu(r)cha*, considerada variante lexical de *mocho(a)*, ocorre em Camaçari, Campo Formoso, Conceição do Coité, Itaberaba, Jandaíra, Jiquiriçá, Santa Teresinha e Ubaitaba, no APFB, e em Caravelas, Santo Amaro e Seabra, na rede de pontos do Projeto

ALiB. A denominação *suruca* está presente em Vitória da Conquista, no APFB, e *suro* em Barreiras e Seabra, na rede de pontos do Projeto ALiB. A variante *toca* ocorre em Maracás, no APFB, e a designação *sem chifres* está em Irecê, Seabra e Vitória da Conquista, na rede de pontos do Projeto ALiB.

Também existe a ocorrência da expressão *mocho(a)* nas localidades de Tomar do Geru, Estância, Ribeirópolis, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Gararu e Curralinho, no ALS I, e em Aracaju, na rede de pontos do Projeto ALiB. A denominação *mu(r)cha* ocorre em Santa Luzia, Estância, Pedrinhas, São Cristóvão Itaporanga d'ajuda, Laranjeiras, Simão Dias, Divina Pastora, Brejo Grande e Gararu, no ALS I, e em Propriá e Estância, na rede de pontos do Projeto ALiB. Assim, é possível perceber a presença da denominação *mu(r)cha* na década de 60, na coleta de dados para o ALS I, e sua permanência nos dados registrados em 2003, em Estância. A denominação *mauvô* está presente em Curralinho, no ALS I, e em Propriá, na rede de pontos do Projeto ALiB. A variante *mofina* ocorre em Brejo Grande, no ALS I, e a designação *sem chifres* ou *sem pontas* está em Aracaju e Estância, na rede de pontos do Projeto ALiB.

Da análise, portanto, evidencia-se a maior utilização de *mocho(a)* e *mu(r)cha*, considerada variante lexical de *mocho(a)*, na Bahia e em Sergipe, em dois momentos diferentes.

Sobre essa questão, é válido mencionar que Peixoto (2007), ao realizar uma análise semântico-lexical da fala do vaqueiro do Sertão da Bahia, expõe a presença de *mocha* para o boi que não tem chifres, nos depoimentos dos informantes do município de Teofilândia. Ao fazer a pergunta "Como é chamado aqui o boi que não tem chifres?" a pesquisadora obteve respostas do tipo:

- (1) A gente conhece aqui por boi *mocho*. Agora tem o boi *mocho* de origem e tem o iscornado. A operação pra tirar o chifre do boi a gente chamamos ismochá. (Informante 01)
- (2) A gente chama a rês *mocha*. (Informante 06)

Assim, a autora registra *mocha* quantitativamente e exemplifica como esta denominação está no depoimento dos seus informantes na localidade investigada.

As denominações encontradas na Bahia e em Sergipe para *animal sem chifres* também foram pesquisadas em dicionários. Foram consultadas obras lexicográficas do século XIX (MORAES SILVA, 1813), do século XX (CUNHA, 1982; FERREIRA, 1995; NUNES;NUNES, 1996) e do século XXI (HOUAISS, 2012; BORBA, 2004) e verificou-se que apenas o item *mocho* está dicionarizado.

Do ponto de vista etimológico, *mocho* está registrado em Cunha (1982) como proveniente do castelhano *mocho*, “sem cornos”, “que tem falta de algum membro”. Ao consultar os demais dicionários, foi possível observar que Moraes Silva (1813) define *mocho* como: “adj. Sem cornos, porque se cortaram [...] ou porque naturalmente os não têm”. Definição similar é registrada por Borba (2004) – “adj. Sem chifres ou de chifres cortados [...] animal sem chifre ou de chifres cortados” –, por Ferreira (1995) – que expõe a forma *mocho* como característica daquele que “devendo ter chifres, não os tem, nasceu sem eles ou estes lhe foram retirados” –, por Houaiss (2012) – “a que falta algum membro ou que sofreu mutilação (diz-se de animal)” e “desprovido de chifres, ou com os chifres aparados” –, e por Nunes e Nunes (1996), para quem *mocho* designa “normalmente, uma raça de gado bovino, sem chifres ou com chifres atrofiados”. Nesse caso, o uso da variante *mocho* designa um tipo de gado.

Considerações finais

Nesse sentido, no que diz respeito às denominações que recebe o item em questão, podem-se fazer algumas considerações preliminares:

- a) Existem variantes lexicais comuns no APFB (1963), no ALS I (1987) e no *corpus* do Projeto ALiB (2003).
- b) As designações mais representativas para animal sem chifres – *mocho(a)* e *mu(r)cha* – estão presentes nos *corpora*.
- c) A variante lexical *mocho(a)* está presente nas localidades de Barra, Caetité, Carinhanha, Jacobina, Jeremoabo, Juazeiro, Santa Cruz Cabralia e Santana nos dados do APFB (1963) e no *corpus* do Projeto ALiB (2003).
- d) A variante lexical *mu(r)cho(a)* está presente na localidade de Estância nos dados do ALS I (1987) e no *corpus* do Projeto ALiB (2003).

Dessa forma, por agora, mostrou-se uma identidade entre os dados do APFB, do ALS I e os registrados no Projeto ALiB, mesmo diante das décadas que separam as coletas. Espera-se, de agora em diante, com o término da constituição do *corpus* do Atlas Linguístico do Brasil e com a publicação dos dois volumes iniciais, pesquisar o item semântico-lexical *animal sem chifres* nas demais áreas brasileiras no intuito de aprofundar as questões relacionadas à variação temporal no português brasileiro.

Assim, o trabalho procurou mostrar como as lexias oferecem subsídios para o registro da diversidade da língua portuguesa, na Bahia e em Sergipe. Não obstante a necessidade de se fazerem outras investigações com vistas ao aprofundamento e, eventualmente, ao redirecionamento de elementos do referencial teórico-metodológico, já é possível observar que a presente abordagem pode trazer um aporte significativo para o estudo do componente semântico-lexical na Dialetoologia.

REFERÊNCIAS

- BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- CARDOSO, Suzana et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduep, 2014. v. 2. 368 p.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 198 p.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: Questionários**. Londrina: UEL, 2001.
- COSERIU, Eugênio. La Geografía Lingüística. **Cuadernos del Instituto Lingüístico Latino-Americano**, Montevideo, 1965. 468 p.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FERREIRA, Carlota et al. **Atlas Linguístico de Sergipe I (ALS I)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987. 361 p.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994. 95 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Manuela Barros et al. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A. M. **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1996. p. 479-502.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss**. 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, M. Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. Rio de Janeiro: Parábola, 2008. 392 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2003. 136 p.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008. 208 p.

MORAES SILVA, Antonio. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Vol. 1 e 2. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. Edição brasileira pela Livraria Francisco Alves, 1922.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998. 406 p.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Carlos. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996.

PEIXOTO, Lílian Marilac Cornélio de Freitas. **A fala do vaqueiro do sertão baiano: análise semântico-lexical**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. **Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963. 167 p.

Recebido em: 21 de jun. de 2015.
Aceito em: 06 de out. de 2015.